

O Papel do Planejamento Territorial para o Turismo de Base Comunitária no Litoral Sul Sergipano: contrapontos no modelo de gestão

Lillian Maria de Mesquita Alexandre
Doutoranda em Geografia, PPGeo/UFS
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS)
Bacharel em Turismo (UNIT)
Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe e
Coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Turismo (LEITur).
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão em Turismo e Hospitalidade
E.mail: profa.lillian@gmail.com

Resumo

Entendendo o turismo como uma das atividades estratégicas da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo, é preciso encontrar estratégias para lidar com esse uso e cuidar para que as comunidades não acabem se perdendo no discurso da “geração de emprego e renda” que o turismo traz no seu bojo. O Turismo de Base Comunitária – TBC reflete a possibilidade, a partir de um modelo de gestão participativa, em que a comunidade local está gerenciando este processo, que, normalmente, é feito pela instância governamental. A gestão passa a ser um grande diferencial nessa segmentação turística e ainda, um elo entre a prática sustentável que se pretende com o turismo e a gestão participativa do mesmo. Assim, a partir do estudo dos modelos de gestões propostos pelos estudiosos do TBC aqui analisados, pode-se trazer a perspectiva da sua influência no território e a importância do planejamento para ações pontuais e efetivas, tendo como foco o litoral sul sergipano.

Palavras-chave: Gestão. Turismo de Base Comunitária. Sustentabilidade.

Introdução

Entendendo o turismo como uma das atividades estratégicas da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo, é preciso encontrar estratégias para lidar com esse uso e cuidar para que as comunidades não acabem se perdendo no discurso da “geração de emprego e renda” que o turismo traz no seu bojo.

Segundo Cavalcanti e Hora apud Rejowski e Costa (2003, p.222), “o crescimento da atividade turística tem feito surgir novas modalidades e novos nichos de mercado”, favorecendo a necessidade de uma maior integração entre teoria e prática para poder coexistir tais modalidades.

Isso faz com que seja possível um redirecionamento para atividades como o Turismo de Base Comunitária ou ainda, o Turismo Comunitário, por exemplo.

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica sócio ambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de *comum*, de *coletivo*. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. (BARTHOLO, 2009)

A mudança no entendimento sobre o desenvolvimento e a relação do homem com a natureza, mostra o quanto é importante o encadeamento destes até chegarmos ao fomento do turismo nas localidades.

A interpretação dada por Beni (2001, p. 65), nos remete a uma visão de que:

O desenvolvimento do turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

Ele, enquanto espelha e reproduz a sociedade, é um mecanismo de socialização e manutenção da estrutura social, por isso deve ser utilizada de forma a levar a uma determinada comunidade, condições de sustentação desses perante as relações sociais existentes e neste caso, dos residentes com os turistas.

Assim, o objetivo do estudo foi identificar a discussão do Turismo de Base Comunitária - TBC como viés para perceber as tendências de turismo de base comunitária no litoral sul de Sergipe, relacionando o papel do planejamento territorial e os aspectos geográficos inerentes às áreas de estudo. A base metodológica do trabalho foi a pesquisa bibliográfica documental, aonde a análise da realidade do TBC, enquanto modelo de gestão, pode viabilizar um planejamento territorial mais viável dentro dos preceitos de sustentabilidade, do que o modelo de gestão vigente nas políticas públicas de turismo atualmente usadas pelo Estado, principalmente no Nordeste, pelo contraponto

Turismo de Praia e Sol. Isso cria uma esfera de análise peculiar e necessária para o fomento da sustentabilidade local.

Uma das inquietações motivadoras do artigo, se deu com a persistência das questões inerentes à relação entre um “modelo” de desenvolvimento supostamente sugerido pelo Turismo de Base Comunitária para o fomento local em contraponto com o modelo desenvolvimentista praticado no Turismo de Praia e Sol no litoral do Brasil e em particular, no do objeto de estudo. E estes modelos sendo vislumbrados como elementos dentro de um sistema em que a identidade, a percepção e os territórios de poder (não) refletem a realidade das comunidades tradicionais diretamente envolvidas neles.

Por esta razão, destacamos algumas abordagens conceituais próprias do turismo, como o Turismo de Base Comunitária – TBC (CORIOLANO, 2005; BARTHOLO, 2009) ou utilizadas na Geografia como lugar (MORIN, 2001; CASTRO, 2012), espaço (BOURDIEU, 1998; LEFEBRE, 1991) e território de poder (RAFFESTIN, 1993) embasando e corroborando com as leituras e análises, ainda, as políticas públicas (CRUZ, 2000), planejamento territorial (SANTOS e VILAR, 2012) passando por estes conceitos a construção teórica do mesmo.

O turismo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer *rotas exóticas*, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura, se dirija a um mesmo destino. (BARTHOLO, *et al*, 2009)

Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação, pois favorece ao estabelecimento de uma relação dialógica e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista e dessa forma, a ação sustentável é mais próxima de ocorrer.

Nas últimas décadas, em função do valor econômico e expressivo crescimento em termos de expansão, acompanhado pelo aumento do fluxo de turistas ávidos por novos destinos e diferenciais, o turismo passou a receber maior atenção por parte dos governos, na elaboração de suas políticas de desenvolvimento, visando orientar as ações de planejamento e ordenamento das regiões e localidades. (SILVEIRA, 1999)

No estado de Sergipe, ainda não é ofertado para operadores nacionais roteiros turísticos dirigidos ao segmento de turismo de base comunitária, tendo como norte de planejamento da política pública estadual os segmentos de sol e praia, negócios e eventos e o ecoturismo, conforme seu Plano Estratégico Estadual de Turismo 2009 – 2014. Assim, o processo de estruturação do TBC é carente de investigação que promova, em caráter prioritário, a inventariação das propriedades/equipamentos com interesse na prática do TBC e possível relação com outros atrativos, equipamentos e serviços capazes de compor um produto turístico.

O litoral Sul: região de análise e possibilidades para o turismo de base comunitária

O litoral Sul de Sergipe tem no turismo uma alternativa econômica cuja prática se viabiliza há mais de trinta anos, com influências na organização do espaço a partir da instalação de equipamentos de usos turísticos e com a geração de novos fluxos de pessoas com finalidade turística, embora permaneça viciado na exploração do segmento de sol e praia, com um público que busca o diferente, o novo, não apenas em termos de paisagens, mas essencialmente em busca de novas experiências.

O planejamento regional do turismo era gerido pela Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) e Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) com eventual participação do setor privado e terceiro setor por meio do Fórum Estadual de Turismo (FORTUR), as regiões/polos de desenvolvimento turístico são representadas no Fórum quem está organizado num modelo tripartite na expectativa de reunir o poder público, setor privado e terceiro setor, ligando os municípios ao estado para discutir e deliberar sobre o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade. (SERGIPE, 2009)

Este planejamento atende diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo criado pelo Ministério do Turismo em 2004, surtindo efeito em Sergipe no ano 2005 com uma divisão que contemplou cinco regiões/polos de desenvolvimento turismo: Costa dos Coqueirais, Velho Chico, Serras Sergipanas, Tabuleiros e Sertão das Águas conforme. Do Polo Costa dos Coqueirais é extraída a região objeto deste estudo, litoral sul de Sergipe, abrangendo os municípios de Estância, Itaporanga D’Ajuda, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba, indicada pela seta, conforme Figura I.



Figura I – Polos de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Sergipe.

Fonte: Adaptado pelos autores de SETUR, 2007.

De maneira geral, ordenar o território significa conjugar a ocupação do solo e o uso dos recursos ambientais de acordo com a capacidade que a base territorial pode suportar, sendo necessário analisar o ambiente em suas potencialidades, vulnerabilidades e limites (VILAR e ARAÚJO, 2010). O litoral sergipano apresenta um cenário territorial diversificado, apresentando ao mesmo tempo características urbanizadas, rurais e espaços naturais protegidos. Entretanto, não é difícil identificar nos municípios costeiros de Sergipe intervenções antrópicas sem o devido respeito às legislações pertinentes e sem o devido planejamento, colocando em risco o desejado equilíbrio ambiental, agravando assim, os conflitos e contradições presentes na estrutura territorial. (FONSECA, VILAR e SANTOS, 2010).

O modelo de gestão, o TBC e suas relações com o espaço, o lugar e o território

O turismo deve ter o seu desenvolvimento racionalmente pré-determinado, para que as necessidades e potencialidades sejam gerenciadas e se transformem em estratégias que conduzam à inserção do patrimônio natural, histórico e cultural no circuito econômico, evidentemente através do uso não predatório dos mesmos.

Conforme Cara (1996, p. 86) percebe-se que, do ponto de vista territorial:

[...] el turismo es gran consumidor de espacios, pero es además productor y transformador de primera magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de territorio, es decir, utilizador no solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre esse territorio organizado y con sentido que impacta. Es una actividad creadora de imágenes y representaciones que impregnan no solo a los agentes y la sociedad de que forman parte los usuarios (es decir el mercado), sino también a las sociedades receptoras.

Becker (1999) afirma que o caminho a ser seguido, é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base e sustentáculo de uma verdadeira sustentabilidade.

O “modelo” de desenvolvimento buscado seria então, um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta parece uma verdadeira chance para a reorganização consequente da sociedade, visando à sustentação da vida e à manutenção de sua diversidade plena. Este “modelo” enquanto espelha e reproduz a sociedade, é um mecanismo de socialização e manutenção da estrutura social, por isso deve ser utilizada de forma a levar a uma determinada comunidade, condições de sustentação desses perante as relações sociais existentes e neste caso, dos residentes com os turistas.

Bauman (2003, p.7) compartilha da ideia “de que a comunidade necessita de um entendimento partilhado entre seus membros”, porém, ela depende da “mesmice” e, dessa forma, é alheia à reflexão, à crítica e à experimentação. Ela tem sempre que estar certa, imutabilidade, caso almeje manter-se comunitária ao longo do tempo. Para a manutenção da “mesmice”, é necessário que se defenda como distinta de outros grupos sociais, mas também que seja pequena e autossuficiente (BAUMAN, 2003).

“Comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante, continua Bauman” (2003, p. 7) e esse lugar, para Souza (2012, p 113):

Não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e a partir daí as questões envolvendo as identidades, as intersubjetividades e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significados.

Em Maldonado (2010, p. 28), comunidade implica definir, “os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez diferencia de outros atores da sociedade”.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. (HALL, 1992). “Para tanto, as relações do sujeito no lugar estão para a dimensão cultural-simbólica, assim como o território está para a dimensão política”, afirma Souza (2013, p. 78) e esse lugar é a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário que se caracteriza pela configuração territorial e pela norma (SANTOS, 1994, MELO e SILVA, 2009).

Essas relações formam o patrimônio comunitário, que Maldonado (2010, p. 28) chama de “conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todo tipo de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo”, o que reforça o papel dessas relações em um espaço dentro de um território.

Com isso, o lugar como sendo a base da reprodução da vida, pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar e isso fomenta a necessidade de estudar o TBC enquanto uma prática viável dentro dessa tríade, pois a cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Esse plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário no ocidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado, vivido através do corpo. (CARLOS, 1998 apud CORIOLANO, 2005; MELLO e SILVA, 2005).

Assim, essas relações acabam ocorrendo dentro do território, onde a concepção mais tradicional está vinculada à noção de Estado que, pelo fato de ser regulador das relações, acaba por nortear as políticas voltadas ao turismo e isso representa a concepção de poder, em que o território está relacionado. (MELO e SOUZA, 2009). Segundo Raffestin (1993, p. 97), o território é uma “reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem, enquanto pertencente a uma cultura”.

O território, aqui delineado, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características

geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que reproduz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda, quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (SOUZA, 2012), mas sim a forma de gerenciar tais elementos importantes para a configuração de um modelo de turismo que valorize cada um dos elementos mencionados, pois estes estão sendo modificados e refletidos pela comunidade da qual fazem parte.

“A questão primordial é como o lugar, como um espaço passa a ser percebido e vivido”, segundo Souza (2012, p. 114) e passa a ser datado, e com base no que se desenvolvendo e extraem-se os “sentidos de lugar” e as “imagens de lugar” e isso vai destacar exatamente a forma com que a comunidade tradicional encara a chegada do novo e neste caso, o turismo é um novo elemento, dito o gerador de novas riquezas, de modificação e de proposição de um novo modelo de desenvolvimento.

Tendo em vista os elementos identificados no território e por sua vez, elementos utilizados para a prática do TBC é que se faz necessário analisar o novo formato de modelo de desenvolvimento trazido pelo mesmo e que foge totalmente à prática turística vigente hoje, no litoral brasileiro.

O turismo de base comunitária na busca do desenvolvimento local sustentável

O desenvolvimento via fomento da atividade turística está intrinsecamente relacionado às especificidades locais e territoriais, quando atrativos culturais e naturais possuem forte enraizamento. Além disso, por estar associada à oferta de bens intangíveis, difere da produção material, pois o consumidor tem de ir ao produto, alterando a logística de “escoamento da produção”. Desta forma, o turista necessita de serviços complementares – transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, entre outros – ofertados por diferentes agentes econômicos, gerando padrões de concorrência diferenciados, evidenciando a importância das formas de cooperação e interação entre eles. (LUSTOSA *et al*, 2008).

As políticas públicas de turismo implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, não vêm apresentando os benefícios sociais esperados, ainda que a retórica do discurso oficial muitas vezes contemple a participação dos atores sociais locais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região. Por fim, trazemos para a discussão a prática do turismo de base comunitária, mostrando que a atividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, desde que o foco de seu planejamento esteja na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações. (BARTHOLO *et al*, 2009)

Pensar as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

Dentre os desafios e obstáculos para a construção de práticas turísticas de base comunitária, a participação da comunidade local é reconhecidamente um elemento crucial, conforme discutem os autores (Beni, 2004; Coriolano (Org), 2003; Irving, 2002; Sansolo, 2003; Hall, 2000). A gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem (Meyer, 1991), que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade, pois refletem a vivência prática que possibilitem na construção de um modelo de desenvolvimento turístico, sustentável, integrado com o foco no território.

Essa modalidade de turismo converge com a proposta de Zaoual (1998, p. 54) de um “*desenvolvimento situado*, que enfatiza a dimensão simbólica dos padrões relacionais e afirma a pluralidade aonde a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre turismo e a comunidade”. Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com *espaços vividos*, onde a racionalidade se constrói *in situ*, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio. O turismo de base comunitária, enraizado num processo *situado* de desenvolvimento, é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora, além de ser uma atividade complementar às atividades tradicionais já desenvolvidas.

Portanto, o planejamento faz-se necessário, baseado no desenvolvimento de ações estratégicas eficientes, a fim de amenizar, ou mesmo eliminar, se possível, a ocorrência de impactos provocados pelo turismo de praia e sol e repensar no modelo de desenvolvimento, partindo o TBC como modelo sustentável, com o objetivo de produzir os efeitos positivos esperados, como: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios de gestão familiar; geração de novas oportunidades de trabalho; melhoramento da infraestrutura de transporte, comunicação, saneamento; criação de alternativas de receitas que valorizam as atividades das comunidades locais; diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural; redução do

impacto no plano estético paisagístico; melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis; integração do campo com a cidade; agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; redução de custos por técnicas de manejo integrado; promoção da imagem e revigoração do interior; e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e resgate da autoestima dessas comunidades.

Considerações finais

Pretendeu-se refletir sobre a viabilidade do turismo de base comunitária no litoral sul de Sergipe e seu modelo de desenvolvimento local, levando em consideração sua ligação com o estado da Bahia e a condição de portão de entrada do fluxo rodoviário para o estado de Sergipe. Para satisfazer este objetivo, optou-se por uma caracterização da área estudada e análise da situação da exploração do turismo regional há mais de trinta anos. O resultado obtido satisfaz os requisitos de objetividade e pequena dimensão que pretendia atingir.

O mero interesse de proprietários locais em recuperar estabelecimentos na expectativa de trabalhar com o turismo, associado aos atrativos naturais existentes e práticas das comunidades locais, representa uma viabilidade para a prática do TBC na região estudada. Ainda que este interesse esteja dissociado do conhecimento sobre a integração dos equipamentos e serviços da região, ou do conhecimento sobre o mercado de oferta turística, como agências e operadoras, é determinante que sua prática seja orientada em forma de planejamento local, integrando planos municipais de turismo, cujas estratégias e ações deem conta de estruturar o segmento.

Entendido como alternativa econômica, o turismo deve ser percebido como atividade geradora de negócios, com necessidade de inclusão no mercado e comercialização, portanto, embora consideradas as atividades nas localidades como possíveis ações voltadas a comunidade, não significa dizer que o mercado assim o comercializará, poderá, pela livre condição de comercializar o espaço turístico, chamá-lo de Ecoturismo, Aventura, Sol e Praia, sem perder a essência dos atrativos que o compõem. Portanto, sua estruturação está menos associada à intitulação do segmento e mais ao planejamento das carências regionais para viabilizar a prática do turismo que deverão ser diagnosticadas a partir da elaboração de um plano regional de turismo de base comunitária ou dos planos municipais de turismo.

Diante dos argumentos apresentados, pode-se concluir que o TBC é segmento potencial no litoral sul de Sergipe ainda não explorado pelos agentes de turismo receptivo e pouco aproveitado como agregação de renda e atividade complementar pela comunidade, de modo que sua estruturação

permitirá, por um lado diversificar a oferta turística, por outro, dinamizar o modo de pensar o modelo de turismo proposto pela comunidade local e seu envolvimento real.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo. tradução Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009.

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para o turismo situado de base comunitária. In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009

BARRETTO, M. Ciências Sociais aplicadas ao turismo. In: BRUHNS, H. T. et al. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Ed. Papirus. Campinas, 2000.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade?. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2.ed.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 [1989]

BRASIL, **Introdução à Regionalização do Turismo**. Ministério do Turismo – MTur. Brasília, Brasil, 2007.

_____, **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Ministério do Turismo – MTur. Brasília, Brasil, 2010.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato.(org) **Geografia**: conceitos e temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide de M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009

CORIOLOANO, Luzia Neide de M. T. e MELLO e SILVA, Sylvio C. Bandeira de. Turismo e **Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: ed. UECE, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção Turismo Contexto.

FAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

FONSECA, Vânia; VILAR, José Wellington Carvalho; SANTOS, Max Alberto Nascimento. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.). **Turismo, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, 40-61.

HAESBAERT, Rogério (1995). Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão In: CASTRO, Iná et al (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IRVING, Marta Azevedo. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

MALDONATO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

MIELKE, Eduardo J. Costa. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza [SNUC], 5 ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

SANSOLO, Davis G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G. e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SOUZA e MELO, Rosemeire (org). **Território, planejamento e sustentabilidade: conceitos e práticas**. São Cristóvão: editora UFS, 2009.

VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. In: VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, 21-39.

SILVEIRA, M.. **Planejamento Territorial de Dinâmica Local**. In Rodrigues, A (Eds.). Turismo e desenvolvimento local. (Hucitec). São Paulo, Brasil, 1999.

SERGIPE. **Plano Estratégico Estadual de Turismo 2009 – 2014**. Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.. (SETUR). Aracaju, Sergipe, Brasil, 2009.

_____. **Relatório anual 2012.** Unidade de Coordenação de Projetos – UCP do PRODETUR. (SETUR). Aracaju, Sergipe, Brasil, 2012.

_____. **Unidades de Conservação da Natureza em Sergipe.** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH. (SEMARH), Aracaju, Sergipe, Brasil, 2012.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo sutado: quais as transformações? In BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** BRASIL, 2009.